



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

ESTADO DO PARANÁ

Fone: (46) 3535-8000 – E: pelo site – [www.verre.pr.gov.br](http://www.verre.pr.gov.br)

RUA PIONEIRO ANTONIO FABIANE, N°316, CENTRO, CEP 85585-000 – VERÊ - PARANÁ

## PROJETO DE LEI N° 010/2026

Desafeta área pública do Município de Verê consistente em via pública e a declara como bem dominial, autorizando sua incorporação ao patrimônio municipal e dá outras providências.

PAULO ROBERTO WEISSHEIMER, PREFEITO MUNICIPAL DE VERÊ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e nos termos que assegura o artigo 62, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, leva a apreciação da Egrégia Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica desafetada da categoria de bem de uso comum do povo a área pública correspondente ao Prolongamento A da Rua Guaporé, do Loteamento Bairro das Torres, com área de terras medindo 876,26 m<sup>2</sup> (oitocentos e setenta e seis metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados) com os limites e confrontações constantes da Matrícula nº 59.700, do Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos PR.

**Art. 2º** A área mencionada no artigo anterior passa a integrar a categoria de bem dominial, nos termos do art. 99, inciso III, do Código Civil, ficando incorporada ao patrimônio municipal.

**Art. 3º** A desafetação prevista nesta Lei tem por finalidade possibilitar a utilização do imóvel para fins de construção de unidades habitacionais da COHAPAR.

**Art. 4º** O Poder Executivo fica autorizado a promover todos os atos necessários para a regularização da área, incluindo atualização cadastral, retificação, abertura ou encerramento de matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Verê, 30 de janeiro de 2026.

PAULO ROBERTO  
WEISSHEIMER:02400937982

Assinado de forma digital por  
PAULO ROBERTO  
WEISSHEIMER:02400937982  
Dados: 2026.02.02 09:47:49 -03'00'

**PAULO ROBERTO WEISSHEIMER,**  
**Prefeito Municipal.**

## CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ

Encaminhado à comissão de: *Const. Leg. Int.*  
*Red. Leis e Edm. Trib. Econ. e Dir. Gen.*

Em: 03/02/2026

Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ

Introduzido em: 03/02/2026  
1ª Votação: 03/02/26 votos 8 x 0  
2ª Votação:        /        /        votos        x         
3ª Votação:        /        /        votos        x         
Aprovado: 03/02/2026





# PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

ESTADO DO PARANÁ

Fone: (46) 3535-8000 – E: pelo site – [www.vere.pr.gov.br](http://www.vere.pr.gov.br)

RUA PIONEIRO ANTONIO FABIANE, N°316, CENTRO, CEP 85585-000 –  
VERÊ - PARANÁ

## JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI SENHORA PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade promover a desafetação de área pública classificada como bem de uso comum do povo — originalmente destinada à via pública — correspondente ao Prolongamento “A” da Rua Guaporé, no Loteamento Bairro das Torres, matriculada sob o nº 59.700 no Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos – PR.

A medida se faz necessária tendo em vista que a referida área não está sendo utilizada como via pública e, após análise técnica, constatou-se sua inviabilidade urbanística para tal finalidade. Assim, resta caracterizado o interesse público na alteração de sua destinação original, de modo a permitir seu aproveitamento adequado e eficiente pelo Município.

Com a desafetação, a área passará à categoria de bem dominial, podendo integrar o patrimônio disponível municipal e ser utilizada para atender demandas sociais prioritárias.

Neste caso específico, a finalidade é viabilizar a construção de unidades habitacionais da COHAPAR, contribuindo diretamente para o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade e para o fortalecimento das políticas públicas de habitação, uma das grandes necessidades do Município.

Importa destacar que a desafetação de bens públicos exige autorização legislativa, razão pela qual se apresenta este Projeto de Lei, observando os ditames legais, o interesse coletivo e o princípio da função social da propriedade pública.

Trata-se, portanto, de medida legítima, útil e de claro interesse público, tornando mais racional a utilização da área e permitindo ao Município avançar em programas de moradia e desenvolvimento urbano.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação desta Egrégia Câmara de Vereadores, confiando em sua aprovação.

Requer-se a apreciação do presente projeto de lei em regime de tramitação urgente urgentíssimo.

A aprovação é o que se espera.

Verê- PR, 30 de janeiro de 2026.

PAULO ROBERTO  
WEISSHEIMER:02400937982

Assinado de forma digital por PAULO  
ROBERTO WEISSHEIMER:02400937982  
Dados: 2026.02.02 09:48:01 -03'00'

**PAULO ROBERTO WEISSHEIMER,**  
**Prefeito Municipal.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ



ESTADO DO PARANÁ

Rua: Pioneiro Antonio Fabiane, 474 , Verê - Pr

Fone-fax (046)3535 1266 (046)3535 1482

Cep 85585-000 End.Elet [camaravere@gmail.com](mailto:camaravere@gmail.com) CNPJ 00.994.916/0001-04

## PARECER N.º 014/2026

É submetido à apreciação deste Assessor Jurídico, o projeto de lei n.º 010/2026, de autoria do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Verê, cujo conteúdo Desafeta área pública do Município de Verê consistente em via pública e a declara como bem dominial, autorizando sua incorporação ao patrimônio municipal e dá outras providências.

Nos termos da proposta, e em conformidade com o artigo 1º do Projeto em análise, fica desafetada da categoria de bem de uso comum do povo a área pública correspondente ao Prolongamento A da Rua Guaporé, do Loteamento Bairro das Torres, com área de terras medindo 876,26 m² (oitocentos e setenta e seis metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados) com os limites e confrontações constantes da Matrícula nº 59.700, do Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos PR

No plano da competência legislativa, observa-se que o Município é competente para legislar sobre a matéria, diante da autonomia de que é dotado.

A espécie normativa "Ordinária" é adequada, posto que atende ao critério hierárquico das normas, por não haver disposição especial na LOM, que estabeleça normativa diferenciada para a matéria posta.

Com relação à forma, mister salientar-se que o Projeto de Lei ora analisado está em conformidade com a boa técnica legislativa, atendendo os requisitos da LC 95/98, apresentando-se com clareza, precisão e ordem lógica.

Em vista disto, a proposta está dentro da competência constitucional do ente municipal, não apresentando, assim, nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

Diante dos argumentos expendidos, manifestamos pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito favoravelmente a aprovação do Projeto de Lei nº 010/2026, ressaltando que o presente parecer tem caráter meramente opinativo, cabendo a promoção de estudo mais profundo de análise do mérito, oportunidade e conveniência às comissões competentes.

É o parecer.

Verê-PR, 02 de Fevereiro de 2026.

**VALDEMAR STERCHILE**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**OAB/PR 70.637**